

Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929)

José Inácio de Melo Souza

Parceria AHMWL /DPH/ SMC/ PMSP e Cinemateca Brasileira
Programa de Pós-Doutorado – Bolsista do CNPq-Brasil

<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>
<http://www.cinemateca.org.br>

Código: 00392
Denominação padrão: COLISEU – Rua Dona Maria Tereza, 80-82

A empresa D'Errico, Bruno, Lopes e Figueiredo, proprietária dos prédios números 80 e 82 do largo do Arouche, esquina com rua Dona Maria Tereza (atual avenida Duque de Caxias, onde está hoje localizado o edifício Maria Tereza), com 45,6 m de frente e 42,1 m pelo lado da praça (corrigidos no alvará para 40,3 m no largo e 43 m na rua Dona Maria Tereza), entrou com pedido para a demolição dos imóveis em 9/5/1923. O alvará foi concedido dez dias depois com emolumentos de Rs 20\$000 (vinte mil réis).

Uma semana depois a empresa entrou com as plantas para o Teatro São Carlos, primeiro nome do futuro Coliseu Paulista. A metragem declarada do terreno, de 1.682 m², prometia uma obra de vulto, da qual se encarregou o engenheiro arquiteto italiano Giacomo Corberi, em atividade na cidade desde 1911. No memorial destacavam-se alguns detalhes como a fachada, que receberia “[...] ornatos e atributos decorativos de execução mais difícil [sendo] fundidos em cimento e colocados por grampos de ferro e argamassa forte de cimento”. O telhado receberia telhas francesas tipo “Marselha”. O interior era dividido em plateia, com desnível de 1,20 m do nível da rua, duas ordens de frisas, duas salas de espera, dois WCs para senhoras e dois para homens, mais dez mictórios para o público masculino, palco, caixa para a orquestra e “pequena janela” para a venda de bilhetes para as galerias (a observação é curiosa, pois distinguia uma parte do público para venda direta de entradas; na foto do Coliseu Paulista, provavelmente de 1929, a bilheteria ficava entre as portas de saída para o largo do Arouche). O piso receberia ladrilhos hidráulicos nacionais “tipo mosaico veneziano”, e as escadas mármore de Carrara. Previam-se duas portas para a rua Dona Maria Tereza, duas para o largo do Arouche e três principais no canto de 3,5 metros (a foto indica três portas para cada uma das laterais, porém não é possível determinar quantas compunha a entrada central). A luz seria provida por 99 pontos, sendo 30 deles no forro da plateia. O projeto era para um *music hall*, fato comprovado mais tarde com a abertura por um espetáculo circense, não se falando em nenhum momento em cinema.

O projeto foi despachado para o engenheiro Nestor Ayrosa em 25 de maio. Ele anotou 15 infrações à legislação vigente em 9 de junho, desde a falta de aparelhos de combate a incêndio até o número “insignificante” de mictórios, mais tarde aumentados para 24. A questão controversa estava nas tesouras sobre o vão livre de 32 metros. No seu entender elas deveriam ser fabricadas em ferro, e não em madeira como pretendido. Corberi argumentou que a sustentação do telhado seguia o padrão utilizado no Brás Politeama, construído por ele no ano anterior, considerado, na época, o maior cinema da cidade.

Novas plantas deram entrada na Diretoria de Obras em 30/8/1923, assinadas pela empresa Corberi e Ferrari (Antonio Ferrari, Giacomo Corberi e Arthur E. B. Pestlep). O engenheiro principal corrigiu a maior parte das infrações observadas, recusando

Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929)

José Inácio de Melo Souza

Parceria AHMWL /DPH/ SMC/ PMSP e Cinemateca Brasileira
Programa de Pós-Doutorado – Bolsista do CNPq-Brasil

<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>
<http://www.cinemateca.org.br>

alterar a saída para a rua Dona Maria Tereza, cujo desnível entre a plateia e a rua era incontornável. Sobre as tesouras de madeira silenciou.

As plantas corrigidas foram designadas para exame de outro engenheiro da Prefeitura, A. Marchini. Para ele, a construção das tesouras não eram “impossíveis” de serem erguidas, recomendando que Corberi e o calculista especializado em cimento armado, Pestlep, assumissem a responsabilidade total pelos riscos inerentes à obra. O diretor de Obras, Victor Freire, anotou no processo, em 27 de outubro, que a licença seria concedida com a condição de que se apresentasse “outra cobertura”.

As plantas técnicas das tesouras do telhado foram apresentadas em 28 de novembro. O alvará de nº. 5.484, de 17/11/1923, estipulava que a licença dependia da apresentação de novo projeto de tesoura da cobertura da obra, como indicara Victor Freire. Os emolumentos cobrados pela Prefeitura foram de Rs 2:406\$500 (dois contos e quatrocentos e seis mil e quinhentos réis), sobre uma área de 1.450 m² para a plateia, 1.450 m² para os camarotes e igual medida para as galerias. Elas deram entrada na Prefeitura em 3/6/1924. Mandadas a A. Marchini, ele discordou dos cálculos apresentados, sendo o projeto retirado em 15 de setembro. Com o reforço das cantoneiras, as tesouras foram aprovadas três dias depois, ao custo de Rs 30\$000 (trinta mil réis), pagos com a guia nº. 5181. Como as tesouras não correspondiam ao projeto original, as obras foram embargadas pelo engenheiro da Diretoria de Obras e Viação, em 19 de dezembro. Nova reforma no projeto foi feita pelo alvará nº. 4.312, de 7/10/1924.

Em 24/12/1924 foi a vez da demolição do antigo Teatro Brasil do largo do Arouche, concedida em 31 de dezembro, cujos emolumentos foram de Rs 39\$000 (trinta e nove mil réis), recolhidos ao Tesouro Municipal pela guia nº. 7705.

Em 9/2/1925, Pestlep entregou novas plantas e memorial, que foram enviados a Marchini e Cardim Filho para análise. Feita a vistoria, verificou-se que as telhas usadas na obra não eram de Taboão, mais leves, mas da cerâmica Sacoman. Mesmo assim, o telhado estava dentro do limite de carga calculado para as tesouras. Deu-se o alvará de substituição das plantas, cujos emolumentos foram de Rs 15\$000 (quinze mil réis).

O inicialmente chamado Teatro São Carlos foi inaugurado em 5/10/1926 com o nome de Coliseu Paulista, já sob a administração da Empresas Cinematográficas Reunidas Ltda. Os espetáculos de estreia foram do Circo Holdelm, vindo de Berlim, com programa dividido em duas partes. A orquestra de 20 “professores” era conduzida pelo maestro Armando Bellardi. Para a temporada de inauguração, frisas e camarotes custavam salgados Rs 60\$000 (sessenta mil réis), poltronas e balcões, Rs 12\$000 (doze mil réis), arquibancadas numeradas, Rs 10\$000 (dez mil réis), galeria numerada, 5\$000 (cinco mil réis) e geral a três mil réis. Tinha 1997 lugares distribuídos por 910 na plateia, 460 nas frisas e camarotes, 127 no balcão e 600 nas galerias. Washington Luiz e outras autoridades compareceram à abertura.

Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929)

José Inácio de Melo Souza

Parceria AHMWL /DPH/ SMC/ PMSP e Cinemateca Brasileira
Programa de Pós-Doutorado – Bolsista do CNPq-Brasil

<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>
<http://www.cinemateca.org.br>

O Coliseu começou a funcionar como cinema somente no final do ano de 1927. Passou a exibir filmes da produtora alemã UFA, distribuídos no Brasil por Gustavo Zieglitz (Programa Urânia). Para a estreia no cinema do largo do Arouche foi programado *A gata borralheira*, filme de 1923 baseado em contos de E.T.A. Hoffmann, dirigido por Ludwig Berger. As entradas custavam Rs 18\$000 (dezoito mil réis) para frisas e camarotes; Rs 3\$000 (três mil réis) para plateia; Rs 1\$500 (mil e quinhentos réis) para crianças e gerais a mil réis.

Em 1939, de acordo com o levantamento do Departamento de Estatística do Estado, o cinema tinha 310 lugares nas frisas e camarotes, 910 na plateia, 127 nos balcões e 1.200 nas galerias, com um total de 2.547 espectadores (Lícia Oliveira informou a lotação de 3.000 espectadores).

No seu final de vida o Coliseu servia para reuniões políticas e bailes carnavalescos. O cinema foi fechado em 1947, porém somente demolido em 1953.

A área conservou o seu papel tradicional de exibição com o cine Arouche, hoje transformado em sala pornô.

José Inácio de Melo Souza